



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - CAMPUS DE ERECHIM**  
**CURSO DE HISTÓRIA**

**EDERSON SLAVIEIRO**

**DE CASTELO A ELIZÁRIO: A AÇÃO DA DOCTRINA DE SEGURANÇA  
NACIONAL**

**ERECHIM**

**2015**

**EDERSON SLAVIEIRO**

**DE CASTELO A ELIZÁRIO: A AÇÃO DA DOUTRINA DE SEGURANÇA  
NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação  
apresentado ao Curso de História da  
Universidade Federal da Fronteira Sul, como  
requisito para obtenção do título de licenciado  
em História.

Orientador (a): Prof. Dr<sup>a</sup>. Isabel Gritti

ERECHIM

2015

**EDERSON SLAVIEIRO**

**DE CASTELO A ELIZÁRIO: A AÇÃO DA DOCTRINA DE SEGURANÇA  
NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de licenciado em História.

Orientador (a): Prof. Dr<sup>a</sup>. Isabel Gritti

Este trabalho de Conclusão de Curso foi defendido e aprovado pela banca em:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_  
Prof.

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup>

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup>

Aos meus pais, pelo constante incentivo e apoio em todos os momentos e em todas as ocasiões.

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço a Deus, aos meus professores, à minha professora orientadora e a tudo e a todos que me fizeram evoluir neste caminho percorrido onde vivenciei novas ideias, reformulei meus pensamentos e sobretudo evolui como ser humano, como colega, como aluno. Agradeço também ao Sr. Elizário Polli por permitir que sua vida fizesse parte deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho busca estabelecer uma breve discussão sobre as origens do golpe de Estado ocorrido em 31 de março de 1964 e visa ainda analisar como a Doutrina de Segurança Nacional interferiu na vida de Elizário Polli um professor que no interior do Estado do Rio Grande do Sul fora denunciado por praticar atos contra o governo. Sabe-se que o golpe foi arquitetado ainda no segundo governo Vargas e, foi postergado por causa de seu suicídio. Focaliza a influência da Revolução Cubana de 1959 no Brasil e as insatisfações das elites nacionais com João Goulart, assim como o ferrenho anticomunismo nacional, anterior à Segunda Guerra Mundial e a questão norte-americana no país. Enfoca a política interna e externa de João Goulart que, aos olhos de militares e parte da burguesia, propunha uma política de esquerda e mudanças sociais na sociedade brasileira. Busca desvendar as ações no plano político e ideológico daqueles que iniciaram e sustentaram o golpe militar de 1964.

**Palavras-chave:** Ditadura, Elizário Polli, Getúlio Vargas, Revolução Cubana, comunismo, João Goulart, militar, professor.

## ABSTRACT

This paper intends to establish a brief discussion of the coup d'état origins on March 31 1964 and aims to analyze how the National Security Doctrine has interfered in the life of Elizário Polli a teacher's lifetime in the interior of Rio Grande do Sul State. It is known that the coup was still devised in Vargas' second government and it was postponed because of his suicide. It focuses on the influence of the 1959 Cuban Revolution in Brazil and the grievances of national elites with João Goulart, as well as the staunch anti-national, prior to Second World War and the North American issue in the country. It highlights on João Goulart domestic and foreign policy, in the military and the bourgeoisie view, proposed leftist political and social changes in Brazilian society. It also searches to unravel the actions in the political and ideological agenda of those who started and supported the 1964 military coup.

**Keywords:** Vargas, Cuban Revolution, communism, dictatorship, Elizário Polli, João Goulart, military coup, teacher.

## SIGLAS E ABREVIATURAS

AI-1 – Ato Institucional Número Um  
C.C.C – Comando de Caça aos Comunistas  
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina  
CENIMAR – Centro de informação da Marinha  
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas  
DOI-CODI -- Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna  
DOU – Diário Oficial da União  
ESG – Escola Superior de Guerra  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Brasileiros  
IPM – Inquérito Policial Militar  
OBAN – Operação Bandeirante  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
SNI – Serviço Nacional de Informações  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
TIAR - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca  
UDN – União Democrática Nacional  
UNE -- União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	9
2 ANÁLISE POLÍTICA E CONJUNTURAS EXTERNAS QUE ALINHAVARAM O GOLPE DE 1964.....	11
2.1 O Governo Jânio Quadros .....	12
2.2 O Governo João Goulart .....	14
3 A IDEOLOGIA DO GOLPE .....	19
3.1 A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional .....	23
4 DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL?.....	26
5 DO MEDO À IMPUNIDADE: A INTENCIONALIDADE DA DOCTRINA .....	29
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	42
REFERENCIAS .....	46

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aponta alguns dos motivos que desencadearam a ditadura militar brasileira, iniciada com o movimento de março de 1964, a respeito das origens, influências e a política do golpe, para então entendermos como a repressão imposta pelos militares chega até a história de vida de um professor, acusado de comunismo no ano de 1964 num pequeno distrito no interior do Rio Grande do Sul. Abordaremos ainda quais as mudanças que ocorreram em sua vida após sua exoneração baseando-se em processos crimes e da própria fala do respectivo acusado, ambas as fontes e materiais discutidas neste trabalho foram em parte fornecidas pelo professor e através de uma série de livros que tratam deste período.

A primeira parte procura analisar as transformações políticas e econômicas no Brasil e na América Latina no período que vai de 1930 a 1945, juntamente com o fim da 2ª Guerra Mundial. O populismo de Getúlio Vargas enfoca também o anticomunismo empregado em nossa sociedade e cada vez mais a influência norte-americana no continente.

Com a Revolução Cubana no fim da década de 1950, o comunismo passa a representar um medo ainda maior na sociedade brasileira e nas forças armadas, por esta revolução ter acontecido próximo aos Estados Unidos, o qual apesar de todo seu poder bélico e ideológico não conseguiu conter tal conflito, permitindo os ideais comunistas que foram postos em prática por Fidel Castro.

No Brasil, esse medo é representado na figura do presidente João Goulart, pelo seu passado com ideais de Vargas e por sua política externa com esses países socialistas. Contrariando assim alguns setores militares, sob influências norte-americanas e parte da sociedade ultraliberal. Fatos esses que há uma década já estavam sendo articulados.

Por último serão analisadas as questões ideológicas do Golpe, lideradas pelo General Golbery do Couto e Silva e sua movimentação política nos meios da sociedade do interior do Rio Grande do Sul para legitimar suas posições e o Golpe de 1964.

Destaca-se que essa é uma pesquisa de cunho introdutório, que não pretende abordar toda a historiografia que engloba o assunto que é amplo e rico em obras reconhecidamente relevantes sobre o tema, mas tentará demonstrar o quão grande era o aparato repressor usado pelos militares que conseqüentemente ninguém estava livre de seus efeitos, independente de lugar, erudição e participação política/social.

Utilizando o caso de Elizário Polli para sustentar como se deu esse controle repressivo do regime militar no interior do Brasil, verificam-se também como direitos fundamentais de um cidadão são desrespeitados com a utilização de atos institucionais regulamentados pelo governo.

## **2 ANÁLISE POLÍTICA E CONJUNTURAS EXTERNAS QUE ALINHAVARAM O GOLPE DE 1964**

Com a Revolução Cubana no fim da década de 1950, o comunismo, passa a representar um medo ainda maior na sociedade brasileira e nas forças armadas. Esse medo deve-se entre outros motivos por ter acontecido próximo aos Estados Unidos, que apesar de todo o seu poder bélico e ideológico não conseguiu conter tal conflito.

No Brasil, o medo ante o comunismo se personifica na figura de João Goulart, pelo seu passado com ideais de Vargas e por sua política externa com países socialistas. Contrariando assim alguns setores militar, sob influência norte americana e parte da sociedade ultraliberal. (SKIDMORE, 1982, P.91)

É necessário ressaltar a importância das políticas adotadas pelos Estados Unidos para a América Latina. Desde o século XIX os norte-americanos adotaram uma política de defesa de seus interesses na região, como pode ser exemplificado pela Doutrina Monroe.

Somente na década de 1930 é que ocorreram mudanças na política dos Estados Unidos para a América Latina: durante o governo de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), a - Política da Boa Vizinhança buscou acentuar a identidade existente entre os países da América, cujo objetivo fundamental era conquistar aliados no continente diante do avanço dos movimentos nazi-fascistas na Europa.

A partir de 1933, a - política de boa-vizinhança do presidente Roosevelt redimensionou a política externa dos Estados Unidos na região, abandonando, com a retirada dos marines, a tática de intervenção direta. A partir daí, o governo do Estados Unidos confia aos exércitos nacionais, treinados por conselheiros norte-americanos. (PRADO, 1985, p.35)

O principal aspecto econômico da Guerra Fria era evitar novas perdas de mercados, como acontecera com o Leste Europeu. Em termos de poder ela está relacionada com o fato de o país norte-americano ser o único do mundo a possuir a bomba atômica, portanto, a partida, ter condições de se opor ao expansionismo soviético.

Em 12 de março de 1947, o presidente Truman apresentou ao Congresso americano uma mensagem que dizia:

Acredito que a política dos Estados Unidos deva ser de apoio aos povos livres que estão resistindo às tentativas de subjugação por minorias armadas ou pressões externas. Estabelecia-se a Doutrina Truman, que propunha a intervenção

dos Estados Unidos naqueles países onde seus interesses estivessem ameaçados pela expansão soviética ou do socialismo. (SKIDMORE, 1982, P.165)

Estava inaugurada a Guerra Fria. Para os Estados Unidos, a América Latina constituía-se uma zona muito importante e de grande influência, como uma —reserva estratégica. Essa importância tornava-se cada vez maior, à medida que crescia suas condições econômicas, com os seus recursos naturais inventariados e explorados.

Para os estrategistas norte-americanos essa região corria o risco de ser utilizada pelos soviéticos para criar problemas aos Estados Unidos, devido ao fato de ter as seguintes características: muitas riquezas naturais; população vivendo na miséria; temor aos norte-americanos; elites sem visão; dependência crônica do exterior; governos populistas com retóricas antiamericanas e nacionalistas, contra a exploração do imperialismo. Estes se apoiavam nas massas populares urbanas.

O que a Revolução Cubana fez foi combinar essa tradição com as ideias marxistas, dando outra dimensão aos movimentos revolucionários e aos seus objetivos. Ao contrário do que se costuma supor, essas ideias não tiveram apoio unânime dos partidos comunistas latino-americanos, que ficaram, na verdade divididos quanto a melhor tática a ser empregada em prol da revolução socialista a curto, médio ou longo prazo.

Essas divergências sobre os métodos revolucionários, no entanto, não impediram que as diversas correntes da esquerda latino-americana apoiassem o comunismo cubano e buscassem inspiração ou algum tipo de ajuda junto ao regime de Fidel Castro.

De qualquer forma, é possível que 2 mil latino-americanos tenham sido treinados nas técnicas de guerrilha em Cuba na década de 60. Na verdade, na maior parte dos casos, a luta armada influenciada ou apoiada por Cuba fracassou. Em 1962-1963, o governo cubano ajudou na organização de um grupo guerrilheiro na Argentina que foi rapidamente destruído. Em 1963-1967 outro grupo maior foi organizado na Venezuela, mas também foi mal sucedida. (SKIDMORE, 1982, P.210)

## **2.1 O Governo Jânio Quadros**

Enquanto JK identificou-se com o desenvolvimentismo desde o começo de sua vida pública, a grande bandeira de Jânio Quadros sempre foi o moralismo, que empunhou com grande sucesso eleitoral.

Jânio sempre aparecia com uma vassoura na mão, dizendo-se disposto a varrer a corrupção estatal. Jânio ganhou a eleição para presidente em 1960 com uma campanha que

fez da vassoura a sua principal arma eleitoral. Apoiado por uma coligação de partidos pequenos, liderada pela União Democrática Nacional - UDN, Jânio conseguiu vencer as eleições contra, seu oponente, Teixeira Lott, da coligação entre o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro, PSD-PTB.

Jânio iniciou uma política interna contrastante com a de JK. As suas medidas na economia eram de cunho monetarista, e praticamente nenhuma obra importante foi iniciada.

Jânio era populista com uma coloração de moralismo anticapitalista: o símbolo da vassoura, o *slogan* do tostão contra o milhão etc. O seu advento eclipsou o PTB na política de São Paulo. Mas o começo do novo governo coincidiu com o fim da festa da industrialização do período Kubitscheck. Agora, sobravam problemas imperiosos: inflação ascendente, dívidas externas a pagar, balança comercial deficitária, dificuldade de importação de bens essenciais etc. (GORENDER, 1988,p.18)

No plano externo, Jânio acreditava na oportunidade de dar ao Brasil maior projeção no Terceiro Mundo e no bloco socialista, causando com isso um verdadeiro rebuliço entre as forças conservadoras anticomunistas. Em plena época da Guerra Fria, Jânio gostava de jogar o papel de adepto do neutralismo e de um governante independente dos Estados Unidos. Intensificou uma política externa independente com alguns países da África e até a China comunista. Também defendeu a não-intervenção americana em Cuba.

Reatou relações diplomáticas com países do Leste europeu; mandou representantes às conferências de Cairo e Belgrado, defendendo posições hostis aos Estados Unidos; e talvez o mais importante apoiou o ingresso da China Popular na ONU. (CHIAVENATO, 1994,p.10)

Uma das atitudes mais controversas de Jânio Quadros foi a condecoração a Che Guevara, em agosto de 1961. Guevara recebeu de Jânio a mais alta condecoração brasileira, a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

A crise ultrapassou o cenário político, atingindo as Forças Armadas. Contrariados com as condecorações do revolucionário, generais, almirantes e brigadeiros que já tinham recebido a Ordem do Cruzeiro do Sul ameaçaram devolver suas condecorações... Outros generais e almirantes fizeram críticas à decisão de Jânio. (MARKUN,2001,p.95)

Principalmente após suas atitudes no que diz respeito à política externa, intensificou-se as críticas contra seu governo. O descontentamento partia de todos os lados, políticos muitos deles de companheiros de partido, na imprensa com Carlos Lacerda e no meio militar. Todos preocupados com as relações com países comunistas. Após muita pressão Jânio renunciou em

25 de agosto de 1961, 7 meses depois de empossado.

## 2.2 O Governo João Goulart

Em setembro de 1961, João Goulart assumiu a presidência da República no Brasil apoiado por diversos setores sociais da população, como estudantes, intelectuais e sindicatos de trabalhadores, sob um cenário de grave crise militar e grandes problemas econômicos.

Visto como esquerdista e, portanto, uma ameaça, pelos setores liberais conservadores e pelos militares, teve sua posse direta barrada pelas pressões comandadas pela UDN e pela cúpula militar, o então ministro da Guerra, General Odylio Denys, o Almirante Silvio Heck, da Marinha, e o Brigadeiro Gabriel Grün Moss.

Os ministros militares, apoiados pelos liberais-conservadores, tentaram impedir a posse do vice-presidente João Goulart. Eles lançaram uma nota que dizia:

Na presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe do governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. (...) O líder do PSD, falando em nome do presidente Mazzilli, procurou mostrar que a posse de Jango era inconveniente e pediu o apoio de Lott ao veto dos ministros militares a Jango. Em suas memórias, Falcão assegura que o marechal não contestou seus argumentos e teria autorizado o deputado a redigir uma minuta de declaração no sentido proposto. (MARKUN,2001,p.160/161)

Contra o golpe direitista se levantaram amplas forças políticas e sociais. No processo de resistência destacou-se Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul. Neste estado se organizaram milícias populares e a "rede da legalidade", através da qual as notícias da luta pela posse de Jango eram divulgadas por todo país e ajudavam articular a luta democrática.

No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola liderou a campanha em favor da posse. O III Exército, comandado pelo general Machado Lopes, aderiu a Brizola. No resto do país, a indefinição das guarnições militares deixava claro a falta de condições favoráveis a um golpe dos ministros. A direita e os três ministros ficaram isolados. Setores da grande burguesia – as chamadas —forças produtivasl, ou seja, o grande empresariado – buscaram uma solução conciliatória. (CHIAVENATO,1994,p.12)

Os movimentos sindicais e estudantis decretaram greve geral. O comando do 3º Exército, contrapondo-se aos ministros militares, rejeitou o golpe contra a constituição e, por alguns dias, o Brasil se encontrou a beira de uma guerra civil.

Pouco depois, um tenente-coronel telefonou para a Casa Militar do Piratini, informando que o III Exército fora instado a silenciar o governador, bombardeando o palácio, se necessário. Era a mesma ordem que seria novamente transmitida por rádio às 9h45 daquela segunda, 28 de agosto. O Piratini parecia uma fortaleza, todos seus funcionários e até os jornalistas estavam armados e as tropas da Brigada Militar estavam a postos. (MARKUN, 2001, p.197)

Em meio à grave crise política, uma saída de compromisso conservadora foi encontrada. Jango assumiria, mas teria seus poderes reduzidos pela instauração do sistema parlamentarista. Em poucas horas, o sistema de governo foi alterado e Jango foi empossado. Apenas os setores mais à esquerda protestaram contra tal solução conciliatória. Acreditavam que mais alguns dias de resistência teriam garantido a manutenção do presidencialismo.

Com o avanço das forças legalistas, no dia 31 de agosto o vice-presidente João Goulart desembarcou em Montevideú. Na Capital uruguaia, encontrou – se com Tancredo Neves. Ali iriam pactuar a emenda do parlamentarismo. Mesmo contrariando com a diminuição de seus poderes, Goulart aceitou o acordo. Na madrugada do mesmo dia, o Congresso aprovou a emenda parlamentar por 233 votos contra 55. Ao chegar a Porto Alegre, ele foi saudado por mais de 70 mil pessoas na Praça da Matriz. Ao lado de Brizola e Machado Lopes, limitou – se a acenar para a multidão. Segundo Argelina Figueiredo, ele aceitaria a mudança do regime para evitar a guerra civil, mas também porque não queria perder a oportunidade de assumir a presidência da República. (FERREIRA e DELGADO, 2003, p.335)

Problemas de difícil solução foram herdados por Jango. Havia uma forte crise econômico-financeira, com crescente aumento da inflação, além de exigências do governo norte-americano de pagamento de indenizações às empresas de energia e de comunicação devido à nacionalização. (BANDEIRA, 1978, p.102)

No início do governo, dedicou-se à formulação de seu programa, tendo como pontos centrais: a defesa de reajustes salariais compatíveis com os índices de inflação; a autonomia da política externa; a nacionalização de algumas subsidiárias estrangeiras e as reformas de base (agrária, urbana, administrativa, universitária, tributária, fiscal e bancária).

As pressões pelas Reformas eram muitas, mas o governo enfrentava problemas no Congresso Nacional como, por exemplo, as divergências que haviam entre o Partido Social Democrático (PSD) e o PTB, com destaque para o tema da reforma agrária.

Atendendo aos apelos dos setores nacionalistas e de esquerda, Jango afirmava o caráter inadiável das reformas de base, insistindo, desta forma, na implementação da reforma agrária, aspecto fundamental à melhoria do poder aquisitivo da população e do desenvolvimento do país.

Uma questão importante deste período foi a assinatura da Lei de Remessa de Lucros

para o Exterior, e sua política externa independente, que incluía o restabelecimento das relações com os países socialistas.

Seu decreto pôs ponto final na questão, que a lei não deixara perfeitamente clara, da definição do capital-base sobre o qual incidia o cômputo das remessas. Os lucros de reinvestimentos deviam ser o que vinham a ser diretamente contrários ao ponto de vista muitas vezes manifestados pelos investidores estrangeiros e pelo governo dos Estados Unidos. (SKIDMORE, 1982, p.329)

Em novembro de 1961, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética com a justificativa de amplas possibilidades econômicas apresentadas pelo mercado soviético para as exportações brasileiras. O governo Goulart também rechaçou as sanções contra Cuba, proposta pelos Estados Unidos, como também os preparativos para a intervenção armada em território cubano.

Na conferência de Punta del Este San Tiago Dantas defendeu a idéia de neutralização de Cuba enfrentando a oposição dos Estados Unidos, que recorreram a todos os expedientes de ameaça, corrupção e chantagem, a fim de impor suas pretensões aos países latino-americanos. (BANDEIRA, 1978, p.47)

É importante destacar que em janeiro de 1963 inaugurou-se uma nova fase no cenário político brasileiro. Os brasileiros aptos a votar compareceram às urnas e decidiram pela adoção do regime presidencialista, abrindo uma nova fase da gestão de Goulart com fortes expectativas para a implementação de um programa de reformas em torno do exercício pleno do poder presidencial.

Goulart assumiu seus poderes com aprovação maciça da população. O plebiscito, na verdade, era a sua eleição para a presidência da República. Seu prestígio nesse momento era imenso. Sobretudo porque seu programa era, como todos sabiam, o das reformas de base. Em 24 de janeiro de 1963, ele empossou o novo ministério, procurando apoio do centro político, como fizera com Tancredo Neves, evitando a radicalização. A estratégia procurava conciliar medidas de estabilização econômica com propostas reformistas. Para isso, a aliança entre os dois partidos que davam governabilidade ao país, o PSD e o PTB, era fundamental para o sucesso de seu governo. (FERREIRA, 2003, p.362)

Responsável pela definição de uma nova estratégia nacional voltada para a modernização e para o desenvolvimento foi divulgado, em dezembro de 1962, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por Celso Furtado, ministro do Planejamento. O Plano Trienal tinha como metas principais combater a inflação e, em seguida, implementar as reformas de base, em especial a reforma agrária.

O Plano Trienal representava um movimento de ideias que vinham se formando sobre o Brasil e as suas demandas, marcado pelo longo prazo e por instrumentos de mensuração social sensíveis às regiões mais debilitadas social e economicamente pela ampla história de dependência econômica.

No entanto após muitas críticas e pouco resultado, logo abandonou o Plano Trienal e voltou-se para a aprovação da reforma agrária, mas o conflito entre PSD e PTB impedia qualquer negociação no Congresso.

A notória falência do programa San Tiago Dantas-Furtado, foi temporariamente, apenas disfarçada com a nomeação do novo Ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, um moderado muito bem conceituado. O abandono de qualquer política coerente que aliasse o desenvolvimento ao combate à inflação logo se tornou evidente no destino da máquina de planejamento. (SKIDMORE, 1982, p.312)

As posições continuavam radicalizadas e a continuidade do governo dependia da habilidade de Goulart em acalmar os ânimos dos grupos em luta pelo poder. Skidmore destaca as duas principais correntes em litígio: os anti-getulistas tradicionais, comandados por Carlos Lacerda, e a esquerda radical, comandada por Leonel Brizola. Também segundo Skidmore, a impossibilidade de uma política de compromisso manifestava-se, principalmente, nas controvérsias sobre o tratamento ao capital estrangeiro e sobre a reforma agrária.

Os radicais de direita já conspiravam contra Goulart desde a renúncia de Quadros. A diferença é que eles passaram a contar com o apoio decisivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), organização criada em novembro de 1961 por empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, contrária às orientações do governo Goulart. Tal apoio fortaleceu o movimento conspiratório, o qual já admitia a "utilização de métodos mais diretos" (SKIDMORE, 1982, p.275) de resistência ao governo.

Os radicais de esquerda, da mesma forma, trabalhavam com a possibilidade de "métodos diretos para combater os 'golpistas', 'entreguistas' e 'reacionários'" (SKIDMORE, 1982, p.276).

No final de 1963, estava claro que tanto as forças de direita quanto às de esquerda partiriam para um confronto. Quaisquer acordos e compromissos tornavam-se inviáveis. Jango começou a abandonar as suas tentativas de negociação e empenhou-se na aproximação dos setores de esquerda, persistindo na implementação de um projeto nacional reformista.

Jango concretizou diversas medidas que beneficiavam os trabalhadores, como a extensão dos benefícios da Previdência Social aos trabalhadores rurais, a obrigatoriedade do empresariado em proporcionar ensino primário gratuito aos funcionários, caso as empresas

possuam mais de 100 empregados, e também o envio ao Congresso Nacional de mensagem que concedia ao funcionalismo público o 13º salário.

O processo de radicalização política assumiu proporções preocupantes para a estabilidade democrática, em especial com o anúncio da realização do comício no dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. O comício das reformas, como ficou conhecido, contou em peso com a presença das principais lideranças políticas de esquerda.

Perante multidão de 200 000 pessoas, arregimentadas pelos sindicatos e outras organizações para o comício de 13 de março, Goulart proclamou, sem temer que o chamassem se subversivo, a necessidade de mudanças na Constituição, que legalizava uma —estrutura econômica superada, injusta e desumana. (BANDEIRA, 1978, p.163)

As manifestações nacionalistas estimulam a ofensiva golpista. Em 19 de março de 1964 ocorre em São Paulo a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" reunindo cerca de quinhentas mil pessoas. A manifestação visava confrontar forças com a esquerda e os nacionalistas.

As articulações militares e civis em favor do golpe cresciam em vários Estados, quando eclode a revolta dos marinheiros em 26 de março. Contrariando ordens superiores, membros da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil reuniram-se no Sindicato dos Metalúrgicos. Um contingente de fuzileiros navais, enviado para prender os marinheiros, adere aos revoltosos.

Naturalmente, com a exaltação da marujada e a intransigência do Almirantado, a radicalização política propiciava a eclosão de atos de rebeldia daquele tipo, insuflados, em grande parte por agentes provocadores, com o objetivo de polarizar a oficialidade das Forças Armadas contra o Governo. (BANDEIRA, 1978, p.169)

O Clube Naval emitiu nota afirmando que o Exército e a Aeronáutica não poderiam ficar indiferentes ao ato de indisciplina militar acobertado pela autoridade constituída. Era o estopim da crise com os militares. O golpe militar estava programado para o dia 2 de abril, data marcada para uma grande passeata de oposição ao governo, no Estado da Guanabara.

O presidente João Goulart ainda na noite do dia 1º de abril retorna para o Rio Grande do Sul, decide por não resistir ao golpe, deixando o país rumo ao exílio no Uruguai para evitar o derramamento de sangue e o desencadeamento de uma guerra civil.

### 3 A IDEOLOGIA DO GOLPE

Em 1964, um determinado grupo civil-militar impôs um modelo de desenvolvimento para o Brasil que se aproximou daqueles orientados pelos Estados Unidos para os demais países da América. No entanto, aquilo que vinha de Washington não era novidade para os grupos vinculados ao capital multinacional associado no país.

Nesse sentido, anos antes, militares brasileiros, em conjunto com outros privilegiados setores nacionais, desenvolveram, através da Escola Superior de Guerra – ESG, uma série de concepções destinadas ao progresso do país, que historicamente foram inscritas na chamada Doutrina de Segurança Nacional – DSN.

Criada em 1949 com a assistência de consultores franceses e norte-americanos, nos mesmos moldes da National War College, a Escola Superior de Guerra (ESG) tinha por intento inicial capacitar, —pessoa de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento de segurança nacional. (DREIFUSS, 1981,p.79)

Todavia, tendo em vista a ampliação das hostilidades entre os EUA e a União Soviética em meio à Guerra Fria, a ESG passou a empreender um método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que, estrategicamente, terminou por vincular a questão da segurança nacional ao desenvolvimento do país.

É, pois, necessário ressaltar que, ainda que o alinhamento com os EUA não fosse posto em questão pelos militares brasileiros, estes, ao formarem a ESG, fizeram-no tomando como referenciais as características de sua própria história. Como ressaltou Eliézer Rizzo de Oliveira, —a ESG não foi e não é pura e simplesmente transplantada da experiência americana, com a qual manteve uma dupla relação: uma inspiração inicial /.../; uma adaptação diferenciadora, posto que as elites civis‘ /.../ foram procuradas, desde o início, para participar da ESG| (ASSUNÇÃO, 1999, p.41)

Os militares brasileiros vinculados à ESG, comprometidos com a ideia de defesa do mundo livre preconizada pelos Estados Unidos em meio à Guerra Fria, iniciaram um planejamento que julgavam adequados a tal propósito.

Para tanto, organizaram a chamada "Estratégia Nacional" que, definida como a própria

Política de Segurança Nacional, objetivava promover a expansão da capacidade produtiva, em seu sentido econômico.

A Doutrina de Segurança Nacional, mais do que as necessidades básicas da população, era considerada o principal objetivo do desenvolvimento econômico. Coerente com essa afirmação, as estatísticas referentes aos gastos com as Forças Armadas após a instauração do regime militar em 1964 demonstram tal prioridade.

Nesse quadro, foi produzida uma modernização das Forças Armadas nacionais, e diversos oficiais militares foram treinados pelas forças americanas ainda durante o conflito. Foi criada a Força Aérea Brasileira e incorporada completamente à ideologia americana de defesa do "mundo livre" e de combate à "cortina de ferro", de análise da geopolítica e das relações internacionais a partir de Washington.

Oficiais americanos ajudaram em 1946-1947 na formação da ESG, que seria o equivalente brasileiro do National War College americano. A ESG, que havia começado a funcionar em 1948, foi oficialmente inaugurada em 1949. Oficiais americanos permaneceram no staff regular da ESG até 1960 e até 1970, pelo menos, os Estados Unidos mantiveram um oficial de ligação com status docente dentro da escola. (DREIFUSS, 1981, p.79)

Coube então, ao Coronel Humberto de Alencar Castelo Branco, um dos futuros líderes do movimento de 1964, adaptar o currículo da Escola do Estado-Maior do Exército à doutrina militar pragmática dos EUA em detrimento da missão francesa, trazida ao Brasil desde o final da Primeira Guerra Mundial, no contexto do surgimento do tenentismo.

O ministro das relações exteriores, João Augusto de Araújo Castro, atendeu ao pedido do General Castelo Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, para revigorar o Acordo Militar com os Estados Unidos, sob a forma de um ajuste pormenorizado, que previa a necessidade assistência ao Brasil para enfrentar —ameaças ou atos de agressão ou quaisquer outros perigos à paz e à segurança, conforme os compromissos assinalados na Carta da OEA e no TIAR. (BANDEIRA, 1978, p.152)

Nesse contexto, faz-se necessário observar também a citação a seguir, que complementa o comentário acima:

Castelo Branco — algumas vezes demasiadamente a favor dos Estados Unidos, como o próprio Gordon reconheceria, era o homem de confiança do Coronel Walters, com quem mantinha velhas e íntimas relações de amizade, desde a Segunda Guerra Mundial. Juntos elaboraram muitos lances para a deposição de Goulart. Com o seu prestígio nas Forças Armadas, ele deveria, portanto, assumir o comando ostensivo da sublevação. (BANDEIRA, 1978, p.172)

Os Estados Unidos, por intermédio de seu embaixador no Brasil Lincoln Gordon, durante o golpe de 1964, recomendavam a modernização e o reequipamento das Forças

Armadas brasileiras organizadas por comissões mistas militares, entre os dois países com a finalidade e estreitar as relações e evitar ligações com outros países.

No que diz respeito ao Programa de Assistência Militar, este foi reconhecido pelo embaixador Lincoln Gordon como sendo — veículo de maior importância para se estabelecer um estreito relacionamento com os membros das Forças Armadas e como —um fator altamente importante para influenciar os militares brasileiros a serem favoráveis aos Estados Unidos. (DREIFUSS, 1981, p.80)

Essas elites civis, em conflito pelo poder político no Brasil, ficaram perfeitamente definidas ao fim do regime de Vargas em 1945, em dois grandes grupos: o nacionalista, nacional-desenvolvimentista, de cunho populista, pregando uma certa autonomia no sistema interamericano e um desenvolvimento com base no modelo de substituição de importações; e o internacionalista, de corte liberal, que acreditava nas vantagens do alinhamento brasileiro aos EUA e no desenvolvimento com base em investimentos externos e no "choque de capitalismo".

O primeiro grupo, nacional-desenvolvimentista, acreditava na profunda intervenção estatal na economia, por meio de políticas minuciosas de planejamento econômico e reforçada por investimentos estatais em setores considerados “estratégicos” pelo governo. Politicamente, os partidos que representavam hegemonicamente suas teses eram o Trabalhista Brasileiro (PTB), de Getúlio Vargas e João Goulart, e o Social Democrático (PSD), de Juscelino Kubitschek.

O segundo grupo apoiava-se nas ideias do liberalismo econômico e nas lições de fronteiras ideológicas advindas da Escola Superior de Guerra (ESG). Destacavam a teoria das vantagens comparativas para o Brasil, eminentemente a agricultura, e a mínima intervenção do Estado na economia, além da agenda de política externa norte-americana em torno da Guerra Fria, que seria benéfica ao País, uma vez que a insistência em apoiar os EUA no Atlântico Sul poderia ser uma vantagem.

Seus representantes articulavam-se politicamente na União Democrática Nacional (UDN), de perfil liberal-conservador, manifestando-se sempre a favor de políticas de equilíbrio monetário e financeiro e sendo oposição sistemática ao projeto nacional-desenvolvimentista.

Outros órgãos liderados pela direita liberal brasileira foram criados. Um dos exemplos é o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), em 1959, patrocinado por empresas nacionais e estrangeiras como uma organização anticomunista além de pessoas ligadas às forças armadas brasileiras como o general Golbery Couto e Silva, que financiaria diversos políticos nas eleições de 1962.

Junto com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado em 1962, o IBAD financiou, produziu e divulgou vários programas radiofônicos, televisivos, campanhas publicitárias, folhetos, palestras, eventos, cursos e matérias jornalísticas com conteúdo fortemente anticomunista, conservador e moralista, em defesa da dita civilização ocidental e cristã, conseguindo assim apoio de setores da Igreja Católica.

O IPES desenvolveu uma dupla vida política desde o seu início. Aos olhos de simpatizantes e defensores, a sua face pública mostrava uma organização de —respeitáveis homens de negócios e intelectuais, com um número de técnicos de destaque, que advogavam — participação nos acontecimentos políticos e sociais e que apoiavam a reforma moderada das instituições políticas e econômicas existentes\...\ O lado encoberto coordenava uma sofisticada e multifacetada campanha política ideológica e militar. (DREIFUSS, 1981, p.163)

O anticomunismo ferrenho e a desconfiança militar de civis, no poder, seriam as tônicas da projeção teórica dos líderes militares, portanto da geração que produziria o golpe militar. O projeto de país remontava o objetivo de formação de uma nação industrial de médio porte, nacionalista e centralizada politicamente.

A ESG, ao lado do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), sistematizaram a visão de mundo que produziria o movimento militar de março de 1964.

A ESG, para cumprir seus objetivos, tinha de funcionar primeiro como um instituto de altos estudos, ocupando-se da elaboração e difusão de um método de estudo dos problemas nacionais e internacionais, e também como centro de pesquisas, com o objetivo de encontrar soluções para as questões estudadas e meios para divulgá-las. As questões militares vinculavam-se essencialmente às primeiras. (ASSUNÇÃO, 1999, p.44)

Com certeza, estes órgãos IPES/IBAD e a ESG, foram criados para combater no plano ideológico e político um intenso movimento de ideias e debates em torno do nacional-desenvolvimentismo que desde o segundo governo Vargas – estava em curso no país.

No decorrer da crise, a ESG emergiu como uma fonte de inteligência e poder. Para os civis, identificar – se com a ideologia de segurança nacional, cultivada pela ESG, era a garantia não só de um caminho —politicamente correto como de respaldo político. (CHIAVENATO, 1994, p.46)

Partidos políticos, instituições oficiais ou não, livros, revistas e jornais defendiam a necessidade do país se orientar pelo desenvolvimentismo de cunho nacionalista. A consolidação do desenvolvimento industrial a fim de se constituir a Nação brasileira, subjugada pelas forças do conservadorismo e do atraso representadas pelo imperialismo, pelo empresariado tradicional e pelo latifúndio improdutivo. Juntas, estas forças constituíam a

chamada anti-nação.

No plano político, se defendia a necessidade de uma ampla frente de classes onde se associariam a burguesia nacional, o proletariado industrial e as demais classes da formação social brasileira.

Combinada com a elite civil, opositora antiga do projeto de Vargas, materializada pela UDN e pelos liberais e conservadores, adeptos do neoliberalismo econômico como resposta à crise do desenvolvimentismo nacional, haveria então um quadro explosivo para a realização do golpe que se realizaria logo adiante,

Muitos desses oficiais, como se poderia esperar eram formados pela Escola Superior de Guerra, mas outros militares influentes que não receberam treinamento na ESG também faziam parte da rede IPES/IBAD...Muitos desses oficiais eram conhecidos oponentes do regime de João Goulart, fazendo parte do grupo de coronéis e majores que publicou o manifesto anti-Getúlio Vargas em 1954. (DREIFUSS, 1981, p.365)

A ESG estabeleceu a Doutrina de Segurança Nacional, criada a partir de sua visão de mundo tenentista e de feroz anticomunismo. Quem melhor justificou essa visão, e deu unidade ideológica para esse pensamento, foi o general Golbery do Couto e Silva. (SILVA, 2004, p.9)

Mas, toda essa análise geopolítica e o espaço que o Brasil deveria ocupar eram os vetores fundamentais da ESG na formulação da Segurança Nacional, preocupados com a dinâmica das relações internacionais em torno da política e da balança de poder, que remetia à doutrina Truman, dos Estados Unidos, enquanto forma de contenção e dissuasão contra o comunismo interno e internacional.

Assim, faz-se necessário tratar em um item específico do que tratava a Doutrina de Segurança Nacional, preconizada e praticada pela ESG nos bastidores que precederam o golpe militar de 1964.

### **3.1 A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional**

Segundo Golbery do Couto e Silva, ao estabelecer a Doutrina de Segurança Nacional, criada a partir de sua visão de mundo tenentista e de feroz anticomunismo, buscou um conceito de geopolítica, em torno de:

- a) geopolítica de integração e valorizações espaciais para o Brasil;
- b) geopolítica de expansionismo para o interior e também de projeção pacífica do País no exterior, em solidariedade com o mundo latino-americano;
- c) geopolítica de contenção, ao longo das linhas fronteiriças, em solidariedade aos

regimes democráticos do —mundo livre.

d) geopolítica de participação na defesa da civilização ocidental que também é brasileira, em acordo com o ocidentalismo;

e) geopolítica de segurança ou geoestratégia nacional, em face da dinâmica própria dos grandes centros — externos de poder. (ASSUNÇÃO, 1999, p.46)

Porém, a Doutrina de Segurança Nacional se expressava também em outros aspectos, além do considerado por Couto e Silva, que a limitava à questão geopolítica. A Doutrina de Segurança Nacional sistematizada pela ESG, tendo como pano de fundo a doutrina Truman e a Guerra Fria, ao lado do longo relacionamento entre as elites brasileiras e norte-americanas, aceleradas após a Segunda Guerra Mundial, produziram o clima e as tensões internas e internacionais que tirariam o Presidente João Goulart do poder num contexto tumultuado de radicalização política e de paranoia anticomunista.

A geopolítica fundamenta todo o pensamento de Golbery. Ele a entende como básica para a compreensão da realidade contemporânea, pois, mesmo que tenha desta uma perspectiva parcial, a geopolítica é a —unificadora e classificadora de uma realidade cambiante e complexa, em que, a despeito de tudo, é preciso planejar e agir. Assim, enquanto o marxismo vê as relações econômicas como fundamento da sociedade e, portanto, da sua apreensão, Golbery o vê na geopolítica. Esta, como um dos ramos da política, tem os mesmos elementos —de ciência – na conceituação e fundamentos – e de arte – na práxis – que a própria política admitel. Seu conteúdo comportaria uma doutrina e uma metodologia, uma perspectiva do mundo ou —cosmovisão e diretrizes para a ação. (ASSUNÇÃO, 1999, p.111)

Com uma estratégia bem definida de articulação, execução, tomada e exercício de poder, sairá da ESG o núcleo fundamental que se colocará à frente do Golpe, assumindo sua direção. A lógica da ideologia da segurança nacional e do sistema político daí resultante conduz à identificação do Estado militar como único ator capaz de levar a termo a possibilidade de garantir a segurança nacional.

Desse modo, a ESG, compartilhando os mesmos interesses dos grupos vinculados ao capital multinacional - associado, - tanto na perspectiva quanto no sentido de urgência em consolidar uma sociedade industrial capitalista (DREIFUSS, 1987, p.78) no país, trataram de classificar o governo Goulart como uma porta de entrada para o comunismo internacional, a fim de justificar as ações pertinentes à tomada do poder.

Para tanto, organizaram a chamada - Estratégia Nacional que, definida como a própria Política de Segurança Nacional, objetivava promover a expansão da capacidade produtiva em seu sentido econômico. O intuito era assegurar todos os recursos necessários em prol dos objetivos nacionais.

A partir dessa análise, é correto interpretar que em meio à Doutrina de Segurança

Nacional, da qual a Estratégia Nacional é parte integrante, a defesa militar, mais do que as necessidades básicas da população, era considerada o principal objetivo do desenvolvimento econômico,

Será à luz da doutrina geopolítica que, de um —ponto de vista inflexivelmente nacional - adaptada às características geográficas, psicossociais, políticas e econômicas de cada nação – se esboçará uma perspectiva do mundo, cabendo atualizá-la de acordo com a evolução da conjuntura, em especial no que se refere a avanços tecnológicos e modificações políticas. (ASSUNÇÃO, 1999, p.111)

O golpe de Estado que teve lugar em 31 de março de 1964 foi comandado pelos militares, mas teve decisivo apoio dos civis, nomeadamente da UDN e dos governadores dos principais Estados brasileiros, sequiosos para alcançar o poder e que viam na crise do regime de Goulart uma oportunidade para encurtar o caminho das eleições presidenciais nessa época.

#### 4 DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL?

Segundo Boris Fausto (2012) o período de Castelo Branco foi um período onde a inflação diminuiu, devido a aumento de impostos e produtos como o pão e a gasolina, com a cota fixa do salário mínimo dos trabalhadores. Estes feitos foram orquestrados pelo programa PAEG, Programa de Ação Econômica do Governo, como responsáveis o ministro do Planejamento Roberto Campos e da Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões. A combinação de corte nas despesas e aumento da arrecadação diminuiu o déficit público anual, de 4.2 % do PIB em 1963 para 3,2% em 1964 e 1,6% em 1965.

Humberto de Alencar Castelo Branco ficou no poder de 11 de abril de 1964 até 15 de março de 1967, representava a ala da Sorbonne, setor que representava os militares gerados pela Escola Superior de Guerra. O projeto de Castelo Branco, conhecido como Doutrina de Segurança Nacional formulado na década de 50, na Escola Superior de Guerra, levou o mesmo a assumir a presidência da República com o apoio das Forças Armadas. Essa Doutrina de Segurança Nacional baseava-se na disciplina norte-americana, pós segunda guerra mundial e focava num “inimigo interno” e não mais em um inimigo externo.

A ideologia de Castelo Branco amparada pelo AI-1 visava a cassação de deputados e políticos pelo prazo de dez anos, as garantias de vitaliciedade e estabilidade dos servidores públicos foram suspensas por seis meses, assim os militares poderiam expulsar quem era contra ao regime. Este ato criou os IPMs, Inquéritos Policiais Militares, cuja principal função era a de investigar crimes contra o Estado ou contra a ordem política social.

Este foi o primeiro de 17 Atos Institucionais elaborados pelos militares num período de cinco anos que perdurou por quase vinte anos. Estes atos formavam um conjunto de normas que se sobrepunha até mesmo a Constituição Federal. A autora Maria Helena M. Alves no seu livro *O Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)* define alguns artigos encontrados no primeiro Ato Institucional do regime militar:

O Ato limitava drasticamente os poderes do Congresso Nacional. Os poderes legislativos eram em grande parte transferidos ao Executivo. O Artigo 3º dava ao Presidente da República o poder de introduzir emendas constitucionais, limitando a 30 dias (posteriormente 40) o prazo para debate no Congresso. O Congresso poderia recusar estas emendas por maioria absoluta de votos em ambas as casas. O Artigo 4º

criava a figura legislativa do *decurso de prazo*, pelo qual projetos considerados “urgentes” pelo Executivo são automaticamente aprovados se o Congresso não decidir em contrário em prazo de 30 dias. A figura é particularmente importante na medida em que uma simples manobra de obstrução promovida pelo governo no referido período pode garantir a aprovação automática de qualquer projeto de lei considerado urgente. O Artigo 5º outorgava ao Executivo competência exclusiva em legislação financeira ou orçamentária. O Artigo 6º transferia do Congresso ao Executivo o poder de decretar Estado de Sítio, reservando ao primeiro apenas o direito de tudo, o Ato suspendia temporariamente as garantias de imunidade parlamentares, dando ao Executivo o poder de cassar sumariamente os mandatos de representantes governamentais de qualquer nível (municipal estadual ou federal). Tal procedimento tornou-se conhecido como cassação de mandato, e foi utilizado pelos motivos os mais diversos (ALVES, 1984, p. 54).

O AI-1 estabeleceu a eleição de um novo presidente do Congresso Nacional, por votação indireta. Em 15 de abril do mesmo ano em que foi promulgado o AI-1, é eleito o novo presidente do Brasil, General Humberto de Alencar Castelo Branco. A meta do então Presidente era: reformar a economia do Brasil e o sistema econômico capitalista - em grande crise desde os períodos anteriores à tomada do poder pelos militares -, acabar com a ameaça comunista e controlar as massas dos trabalhadores do campo e da cidade.

O governo de Castelo Branco acabou com o direito à greve e com o direito à estabilidade de qualquer funcionário que perdurasse em uma empresa por mais de dez anos, direito estabelecido pela CLT, em quase vinte anos de regime democrático. O Congresso não aprovava nenhuma lei e pouco participava nas decisões do Executivo.

Ainda no Ato Institucional -1, a autora Maria Helena Moreira Alves define:

[...] O Artigo 7º suspendia por seis meses as garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade. Desse modo, o Estado, mediante “investigação sumária” e no período estabelecido pelo artigo, podia demitir dispensar, pôr em disponibilidade, aposentar, transferir para a reserva ou reformar burocratas civis ou pessoal militar. Este artigo facilitou os expurgos na burocracia de Estado e manteve sob controle os setores militares que discordavam da nova política ou estavam ligados ao período anterior. Todos os funcionários públicos de nível municipal, estadual ou federal eram abrangidos por este artigo. O último parágrafo determinava ainda que o controle judicial desses Atos se limitara “ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que os motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade”. O Artigo 8º estabelecia que inquéritos e processos seriam instaurados “visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política social ou de Atos de guerra revolucionária”. Tais inquéritos aplicar-se-iam a casos individuais ou a ações coletivas. Este artigo lançou as bases dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que atingiram milhares de pessoas. Ao contrário do Artigo 7º, no entanto, este não suprimia a apreciação judicial da substância dos casos, permitindo com isso que o judiciário desempenha-se um importante papel liberalizador neste período. Finalmente o Artigo 10º autorizava a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais e a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão por período de dez anos. A suspensão dos direitos políticos eliminava o direito de voto, de candidatura eleitora e de participação em atividades político-partidárias (ALVES, 1984, p. 55).

A repressão mais violenta concentrou-se no campo, especialmente no Nordeste, atingindo sobretudo gente ligada às Ligas Camponesas. Nas cidades, houve intervenção em muitos sindicatos e federações de trabalhadores e a prisão de dirigentes sindicais. As intervenções visaram em regra os sindicatos mais expressivos, abrangendo 70% das organizações que tinham mais de 5 mil membros. (FAUSTO, 2012, p.258)

O conhecimento se torna patrulhado, a crítica é removida das escolas no ato em que se excluí da didática profissional o fim da História, Geografia, Filosofia, e a profilaxia transformada em OSPB e Educação Moral e Cívica. Incluídos na missão de acabar com o grande mal – o comunismo – e proporcionar segurança e espantar o medo visceral do homem nasceram os DOI – CODI, OBAN, CENIMAR, SNI, C.C.C e outros. O Brasil passou a viver em real estado de Guerra, de guerra com o inimigo interno, ou melhor, o próprio povo. O exército se transforma numa força de ocupação dentro do próprio país e o povo em inimigo real e potencial. (ALVES, 1982, P.50)

Com a ditadura instaurada em 1964, várias manifestações contra o regime surgiram em diversos lugares do Brasil, porém eram duramente reprimidas pela força e pela violência dos militares, como ocorreu no Rio de Janeiro em vinte e um de junho de mil novecentos e sessenta e oito, onde dezenas de manifestantes foram mortos e feridos a bala, essa cena de horror ficou conhecida como *Sexta feira Sangrenta*.

Ser estudante universitário era quase sinônimo de ser comunista, na cabeças das forças repressivas. Os cursos de humanas – Comunicação Social, Psicologia, Filosofia, Ciências Sociais, História e Direito – eram os mais visados pelos agentes do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), os mais temíveis repressores; pela Polícia Federal e pelo SNI (Serviço Nacional de Informação), a polícia secreta e dedo-duro do governo. (ASPAHAN; GODINHO, 2013, p.41)

As sedes universitárias como a UNE e a Universidade de Brasília, logo no primeiro dia após o golpe, foram invadidas e consideradas subversivas fazendo seus professores e estudantes sofrerem grande repressão e ameaças. Repressão que será analisada no capítulo a seguir quando tentaremos descrever a vida de um caçado no interior do Estado do Rio Grande do Sul, onde se viu desempregado e sem rumo devido uma simples denúncia.

## 5 DO MEDO À IMPUNIDADE: A INTENCIONALIDADE DA DOCTRINA

Para Nancy Gardia (1997) a imagem que o público tinha da polícia durante a ditadura não se reestruturou, mas continuou a ser negativa. Para ela essa imagem ruim é causada tanto pelo fraco desempenho e pela violência e arbitrariedade da polícia quanto pela falta de controles externos da polícia. Assim, as pessoas ficam entre a necessidade por segurança pública que deveria ser fornecida pela polícia e a descrença ou mesmo medo que sentem por ela. Para Gardia (1997, p.250) “Não podemos, por exemplo, dizer em que momento paramos de temer a polícia. E esse medo fazia parte de nós que tínhamos algum nível de informação durante os anos sessenta e começo dos setenta e contaminava o nosso cotidiano.” A imagem e síntese imposta pelos militares, principalmente na esfera educacional é uma crescente e algo que pode ser identificado no livro escrito na década de 60 por Golbery de Couto e Silva: *Planejamento Estratégico*.

A obra de Golbery não é apenas um conjunto de ideias para a composição de um golpe de estado militar, seu intento é fazer um planejamento estratégico de acordo com a realidade brasileira compreendida pelos militares. É feita uma análise atrelada as implicações do comunismo como vertente de desordem social numa sociedade liberal. Em seus estudos Golbery demonstra grande influência intelectual vinda dos EUA.

Percebe-se na obra de Golbery que a doutrinação ocorre intencionalmente em defesa geopolítica, ou seja, procura defender o determinado espaço territorial em que a sociedade esteja inserida, seja ela, cidade, estado ou país da sombra de um inimigo interno, o comunismo. Esta forma em criar a imagem de um inimigo interno resume a intensidade do planejamento estratégico de Golbery. Criar, elaborar e depois difundir a imagem de um inimigo interno, orquestrará as especificidades da Doutrina de Segurança Nacional.

Golbery defendendo as linhas fronteiriças de ideologias esquerdistas acredita que a mesma pode apenas ser defendida e controlada por uma força armada, hierarquizada e disciplinada a partir de ideologias que defendem a individualidade e a propriedade privada, pois assim como no pensamento liberal o criador do SNI defende que uma sociedade racional e organizada deve estar submetida a forte instrução e vigia que garanta o caráter de auto preservação do *status quo*.

[...] a base da pirâmide do autoritarismo e do sistema de imposição da vontade absoluta dos governantes. No topo existiam os Atos Institucionais, o SNI, o Conselho de Segurança Nacional, as altas esferas do poder. Na porção intermediária da pirâmide, toda a estrutura jurídico-política de repressão e controle: LSN, Lei da Imprensa, inúmeros instrumentos legais de exceção. Pouco acima da base, a Justiça Militar legalizando as atrocidades dos inquéritos, ignorando as marcas das torturas, transformando em decisões judiciais aquilo que os órgãos de segurança arrancavam dos presos políticos mediante pressões que iam da intimidação para que confessassem, até ao limite dos assassinatos seguidos de desaparecimento dos cadáveres. (ARNS, 1985, p.64).

A preocupação do fracasso dos EUA na Baía dos Porcos em Cuba e a eclosão da Revolução Cubana incitada por Fidel Castro que legitimará o comunismo na ilha cria uma preocupação na concepção de liberdade de Golbery. Para ele esta liberdade gira em torno de uma independência política em relação ao comunismo internacional. Não interessado em uma possível modificação nas classes sociais. Não podendo esquecer que Golbery foi um militar das Forças Armadas que visava a garantia do monopólio da força física dentro do território brasileiro para então acabar com qualquer forma ameaça a proposta de segurança nacional que como já afirmamos é uma proposta que possui seus pilares nos ideais norte-americanos.

Para a doutrinação do povo a identificação quanto a própria conceituação deve ser apresentada através da História, uma história contada com aspirações nacionais, integral, acabada e pronta, sem deixar espaço para aspirações de uma nova ideologia. Ou seja, o povo deve ser fiscalizado, treinado e formado por um conjunto de procedimentos militarizantes. O planejamento em prol da Segurança Nacional indica claramente antes de tudo um interesse nacional que diga o unilateral. Dá-se então a criação de leis de Segurança Nacional como símbolos do planejamento em prol da Segurança Nacional visando a elaboração de um aparato de informações que alimentaram as análises da postura dos indivíduos que compõem a sociedade (SNI).

Esse aparato de informações ilustra os efeitos de promover, organizar e dirigir a sociedade. Precavendo-se sempre diretamente ou por meio da violência de atividades que exerçam sentidos de mudanças de ordem política e ou social. O Sistema de Informação neste contexto se traduz na manutenção do *status quo* incluindo cada indivíduo ocupando um estabelecido lugar sem surpresas ou mudanças. Em suma, qualquer complexidade que possa parecer um meio de desvirtuar as então sobreposições de funções aqui evidenciadas moldará o caráter do inimigo. (GARDIA, 1997, p.251)

Este sistema de informação individualista construída na esfera liberal pretende manter e ao mesmo tempo reprimir uma população satisfeita e em paz. E em momentos

críticos exige-se da população compreensão em prol da manutenção e das exigências da conduta liberal incluindo a implantação de normas que inibam qualquer ato e ideologias relacionadas ao inimigo.

Para que o Estado possa então ter total controle da população dar-se-á elaboração dos Inquéritos Policiais Militares no intuito de seus gestores atentarem-se as supostas ameaças citadas acima em qualquer ponto do geográfico do país. Apresenta-se uma atividade generalizante de controle e manutenção da ordem estabelecida.

Elizário Polli, com doze anos de idade se tornou seminarista, no seminário de Padres Capuchinhos em Veranópolis - RS (1945-1948), completou o ginásio no Seminário da cidade de Vila Ipê-RS (1949-1952). Durante o período em que ficou no Seminário, recebeu uma educação voltada à formação eclesial, aprendendo então: Linguagem, História, Geografia, Matemática, Ciências, Religião, Teologia (ascética, profética, dogmática e mística) e Filosofia, além dessa diversidade, teve um estudo de Línguas que lhe proporcionou o aprofundamento e o domínio dos seguintes vernáculos: Língua Grega, Latina, Italiana, Francesa, Alemã e Espanhola, além-claro, da Língua Portuguesa.

Ao sair do seminário, Elizário volta a morar com a família e trabalhar junto dela na agricultura. Em 1958, decide se tornar professor. Por possuir seis anos de experiência de vida e estudos seminarísticos conseguiu lecionar para o primário nas séries de primeira a oitava séries. Ingressava, nesta época, no Magistério, contratado pelo Estado do Rio Grande do Sul, designado para trabalhar na Escola Rural Isolada de Jubaré, localizada no município de Aratiba – RS a contar do dia primeiro de março de 1960, como Auxiliar de Ensino, segundo a Certidão da 15<sup>o</sup> Delegacia de Educação da cidade de Erechim-RS.

Morando em propriedade da própria escola, Elizário, sua esposa grávida da segunda filha e sua primeira filha, estão contentes com o novo emprego, com a vizinhança e colegas de serviço apesar de ser um pequeno distrito de uma pacata região do interior do estado, estão ambos contentes. Contudo a chegada de um indivíduo num local restrito à uma determinada comunidade, repleta de preconceitos e montada num sistema de fronteiras conservadoras introduz na mentalidade que aí reside, uma concepção não muito calorosa, vê o novo como sujeito desqualificado e não apto a fazer parte da comunidade.

Para Elizário, devido a fervorosa dedicação nos estudos que tivera no período de seminário, e agora apto a lecionar, mediante autenticação governamental cedida a ele em 1960, se encontra num estágio de êxtase e realização. Com uma mentalidade apta a novos conhecimentos e horizontes, Elizário procurou sempre revelar grande dignidade e respeito, tanto no coletivo quanto no indivíduo. Em sua mente, a humanidade representava toda a

ternura e se torna parte da materialização da força divina entendida e difundida pela Bíblia e pelos responsáveis pela sua educação.

Sua concepção de mundo, sua magnitude e humildade em aceitar a qualquer um em sua casa e até mesmo em passageiros diálogos, logo fizeram dele, um diferenciado na comunidade de Jubaré. Mesmo assim, sempre respeitou a decisão de todos, nunca interferiu sequer uma palavra que contradissesse seus vizinhos e mais, nunca deixou de tratá-los da mesma forma sempre, com respeito e dignidade, pois era isso que o mesmo desejava para si. Considerava o ser humano, um ser de responsabilidade, ou seja, um ser de consciência, um ser pensante.

Ao contrário de Elizário, seus vizinhos criam uma forte resistência coletiva em relação a seus ideais e de sua forma de educar e de se comunicar com o restante. Seu cargo na entidade escolar onde leciona, torna-se alvo de inveja entre os que aí se denominavam conterrâneos e verdadeiros merecedores do respectivo cargo. Prudentemente e discretamente, ao perceber o clima que imperava na comunidade acerca de sua invejada postura e erudição, Elizário parte à Erechim, em meados de 1963, tenta sua transferência para outra Escola noutra cidade.

Porém é na segunda quinzena de março de 1964, na pequena Jubaré, que chega através dos jornais as reformas de base, propostas pelo então presidente Jango, como projetos a serem efetuados em todo o Brasil. Entre seus projetos estão a reforma agrária e a reforma urbana, que na classe média, nos industriais, nos proprietários de terras e donos de apartamentos e hotéis, desperta grande medo e desconfiança no governo, fazendo com que estas classes saiam as ruas protestando contra o novo presidente João Goulart, apoiadas pelos militares e por uma parte da Igreja Católica juntados com a UDN.

Nos meios militares cresceu a conspiração contra Jango, fortalecidas pelos partidários de uma “intervenção defensiva” contra os excessos governamentais. Entre eles estava agora o próprio chefe do Estado-maior do Exército, o general Humberto de Alencar Castelo Branco. Uma revolta de sargentos e cabos da Aeronáutica e da Marinha, ocorrida em Brasília em 1963, ajudou a empurrar esse grupo para a conspiração. A rebelião foi um protesto contra uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que confirmava a impossibilidade de eleição dos sargentos. Os rebelados chegaram a ocupar edifícios públicos e a controlar as comunicações, perdendo também vários oficiais, até serem vencidos. (FAUSTO, 2012, p. 253)

Segundo Boris Fausto, no seu livro: *História Concisa do Brasil*, o objetivo da “Revolução” de 1964 era proteger a democracia e eliminar o perigo do comunismo. A revolução mudou toda a forma de governo com seus Atos Institucionais baixados de acordo

com os benefícios e preocupações dos próprios militares. Este novo regime, passa por uma construção apoiada e amparada pelas massas e ideologias semeadas na ESG (Escola Superior de Guerra).

Mesmo com essa mudança drástica na Gestão do Estado Nacional, e sua persistência em transferir-se daquela escola e comunidade, Elizário sempre cumpriu com suas responsabilidades profissionais, continuou lecionando e dedicando-se inteiramente à educação e a criação de sua filha e esposa. Para ele, sua tranquilidade se amparava na sua concepção de obediência e respeito sempre, estava pronto para receber, se assim fossem, os novos regulamentos e metodologias na aplicação do ensino nas escolas.

Contudo, a chegada dos militares no poder, é vista por alguns vizinhos e colegas profissionais do Elizário, como um caminho para retirarem de suas vidas a presença do inconveniente. Aí que, a vida do professor, ex-seminarista e pai de família, é surpreendida por um golpe. Surge uma acusação feita por pessoas com interesse em seu cargo denominando-o de comunista, chamando para si toda atenção dos militares e cidadãos.

A configuração política do Rio Grande do Sul nos meados de 1964 estava sobre forte vigia dos militares devido a alguns fatores que aqui se destacam. Dentre os principais fatores que encontramos na concepção política em volta do Estado gaúcho, a presença de Leonel Brizola, seu Grupo dos Onze e Legalidade, com objetivos sincronizados nas reformas proposta por Jango, despertariam aos militares, uma grande preocupação.

Outro fator que gera preocupação aos militares, e os resquícios do populismo de Getúlio Vargas, ainda grandemente explanados na educação pública, nos meios de comunicações como rádios e jornais. A legitimação do populismo de Getúlio, através do nacionalismo e do trabalhismo e de sua influência de nível regional.

No clima de radicalização precedente ao golpe, as Universidades se tornaram centros importantes da mobilização de esquerdista, com a realização de seminários, eventos culturais e políticos e manifestações as mais diversas, e os estudantes tornaram-se forte grupo de pressão no cenário público. Para além do fato das Universidades reunirem inimigos do novo regime 'credenciando-se', portanto, como alvos privilegiados das primeiras operações de expurgo, elas ocupavam lugar estratégico na formação das elites intelectuais e políticas do país, e, secundariamente, dos dirigentes econômicos. (MOTTA, 2012, p.16)

Devido a essa situação, o Rio Grande do Sul passou também a tornar-se um local geográfico para a difusão de ideais a formação de grupos de resistências contra as repressões impostas pelos militares. Um mecanismo fundamental da repressão utilizado pela ditadura foi

a polícia política de cada estado brasileiro, no nosso caso, o Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS), localizado em Porto Alegre, com sede no Palácio da Polícia.

Por conta desse anticomunismo, qualquer sopro ou ideia de esquerda ou mais liberal para a época, transformava-se em algo transgressor e perigoso e Elizário não contava, porém, que seu colega de serviço A. M, segundo entrevista realizada, ambicionava pelo seu cargo e estava disposto a tudo para tirá-lo do posto, independente das consequências.

Em entrevista, Elizário relata com profunda angústia, que por ser funcionário público do Estado do Rio Grande do Sul, era muito difícil conseguir uma transferência, somente após um ano persistindo em sua remoção, conseguiu a transferência e se mudou para uma escola na cidade de Erechim, onde lecionou até ser dispensado no dia 12 de setembro de 1964.

Neste tempo o mal já estava feito, durante a sua estadia em Erechim, Elizário ficou sabendo que era vítima de uma denúncia, estava sendo acusado de cometer atos de comunismo. Teve de se apresentar primeiramente na Delegacia Regional de Polícia de Erechim, onde teve acesso aos documentos da denúncia e o nome dos quatro integrantes que o denunciaram injustamente, entre eles estava o seu ex-colega de ensino A. M. e outros três indivíduos que eram ligados indiretamente com algum tipo de parentesco.

Da Delegacia, foi chamado para ser ouvido no Fórum de Erechim, onde o Juiz mostrou-lhe o papel da acusação e tomou o seu depoimento. Após alguns dias, Elizário foi chamado a se apresentar em Porto Alegre na Base do Terceiro Exército onde foi aconselhado a fazer uma defesa num prazo de três dias.

De volta à Erechim, Elizário junto de seu então advogado, Danton Hartmann, fizeram uma pequena e ligeira defesa, na cidade de Erechim, pois quando saiu de Porto Alegre, restava apenas um dia para expirar o prazo da entrega de sua defesa.

Através de outro processo, de número 359/67 da cidade de Aratiba-RS, um processo de protesto de venda de bens, com Elizário Polli como requerente deste processo e seus acusadores como parte requerida, podemos ter uma clara ideia de quão insignificante era a acusação de o mesmo ser comunista, o prejuízo incalculável que causou a denúncia imposta por seus delatores, conforme abaixo descrito:

Após a revolução<sup>1</sup> de Março de 1964, foi o suplicante demitido do serviço público, em razão de denúncias que contra si fizeram os suplicados, e que culminaram com

---

<sup>1</sup> A respectiva palavra *revolução* fora retirada do documento de defesa do Elizário, usada como propósito de não desacatar a atual situação em que o país estava inserido naquele momento. Porém para Júlio José Chiavenato (1994), *revolução* deve ser análoga à repressão, ou seja, revolução é uma ruptura de caráter social que abala as estruturas do *status quo*, inserindo um novo sistema. Afirma ainda que em 31 de março de 1964, “não houve

seu afastamento funcional, causando-lhe incalculável abalo moral, e prejuízos materiais enormes, eis que de hora para outra viu-se privado do ganha pão, com esposa e filhos dependendo de seu trabalho para o sustento material e educação moral. De dois modos, os suplicados, maldosamente, tentaram abalar-lhe o conceito, a honradez e sua correção funcional: Denunciando como Subversivo a autoridade, aproveitando-se da grave comoção por que então atravessava o Brasil, e quando era “simpático” acusar desafetos de “comunistas simpatizantes de Fidel Castro” e outras baboseiras fáceis de serem atribuídas impertinente e irresponsavelmente. A fortiori, em ambiente estreito e atrasadíssimo como o local dos fatos, Jubaré, onde somente um louco iria meter-se a pregar esquisitices como estas a simples agricultores, ferrenhamente religiosos, e para quem Cuba, Fidel Castro e quejandos, não passavam de símbolos que imaginavam como sendo o próprio Belzebu. (PODER JUDICIÁRIO, do Estado do Rio Grande do Sul, Comarca de Aratiba, 1.º Vara, 5/10/67, processo de número 359/67, folha 2).

Ainda neste processo, que os mesmos delatores que incriminaram Elizário o intitulado de comunista, o acusam de ter desviado material da escola de Jubaré, como canos, latas de veneno, uma escada e um gancho de poço. Essas acusações, além de reivindicarem o local profissional, tinham como objetivo também, acabar com a moral e a dignidade de seu Elizário.

No entanto, Elizário foi inocentado pelo juiz, da segunda acusação a de furto, no dia 4 de agosto de 1972. Não bastando apenas acabar com o seu emprego, como fizeram, denunciando-o para um regime cruel e autoritário que não aceitava em seu ambiente de governo e de controle, ideais que visavam uma vida igualitária e digna a todos e mesmo o Elizário não fazendo parte de entidades relacionadas a práticas comunistas, considerados “inimigos internos” do Estado, sua defesa não foi aceita e sua dispensa foi divulgada pelo Diário Oficial da União, não somente a sua, mas a de outros professores e trabalhadores relacionados à Secretaria de Educação (SEC), entre eles: Daisson Gomes da Silva, Jorge Luiz Barreiro, Adelmo Simas Genro, Jason Beck Almir Duarte de Oliveira e muitos outros, que tiveram conhecimento da dispensa pelo Diário Oficial da União:

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, DISPENSA os abaixo relacionados, como incurso em sanção prevista no art. 7.º, § 1.º do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, regulamentado pelo Decreto Federal n.º 53.897, de 27 de abril de 1964 e Decreto Estadual n.º 16.595, de 12 de maio de 1964 e de acordo com as resoluções, abaixo discriminadas, da Comissão Especial de Investigações, designadas pelas portarias datadas de 10 de abril e 6 de maio de 1964. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, s/p, s/d).

---

uma revolução no Brasil, quanto muito um “cisco” na História. Um golpe civil e militar para que nada mudasse. No entanto esse “cisco”, liderados por anões políticos, farsantes e aproveitadores, machucou fundo a alma nacional. Feriu de morte milhares de homens. Inundou o país de sofrimento” (CHIAVENATO 1994, p.7).

Maria Helena Moreira Alves (1984) em seu livro *O Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)*, afirma que o testemunho da opinião pública era suficiente no caso de uma cassação e cita casos de inquiridos militares que resultaram em cassações:

O professor de Engenharia Elder Rocha Lima, foi acusado simplesmente de ser “realmente comunista, subversivo e agitador. A opinião pública de Goiana é conhecedora desse fato”. Maristela Duarte Mendes, dona-de-casa, negou qualquer atividade política, mas foi ainda assim considerada culpada porque “a negativa dessa indiciada não exprime a realidade dos fatos. Sua visita à Rússia, suas ligações com elementos altamente comunistas seu procedimento e os boatos propalados em Anápolis são provas irredutíveis que a qualificam como comunista.” (ALVES. 1984, p. 58)

Com pouco prazo para recorrer de uma acusação, com o Judiciário submetido ao Executivo, os direitos a uma defesa, mesmo que justa, porém contraditadas por qualquer ato que despertasse suspeita nos militares, não havia como se defender. A cassada ao “inimigo interno” era tanta e não podia falhar, portanto, qualquer pessoa etiquetada como comunista, deveria ser levada aos IPMs, como foi o caso de Elizário. Ela deveria ser ouvida e dela deveria ser tirado tudo o que o estado lhe havia proporcionado, mesmo não tendo provas concretas, mesmo esta pessoa não participando de atos considerados subversivos, bastava apenas ser acusada para perder o que tinha, ou o seu meio de sustento ou o da sua família.

No processo Civil de número 359/97, da comarca de Aratiba - RS, encontramos oito testemunhas que declaram por escrito que Elizário em momento algum realizou ou promoveu ato comunista, entre estas testemunhas temos vereadores como João Balciunas, vereador pela UDN no município de Barão de Cotegipe, Claudino Giacomel, vereador pela UDN no município de Barão de Cotegipe, o vice-prefeito de Barão de Cotegipe eleito pela UDN e PSD o Arcângelo Miguel Mósena, Antônio Burin, presidente da Câmara Municipal de Vereadores da cidade de Erechim, o Padre da Paróquia São Pedro da cidade de Erechim, Pedro Rosseto, e o Cônego de Barão de Cotegipe Estanislaw Pollom, estes declaram entre o dia 1 e 17 de fevereiro de 1965 que desconheciam atitudes extremistas ou comunistas praticadas por Elizário, muito pelo contrário, só tinham a seu favor sua conduta ilibada e seu caráter.

Segundo o livro *Brasil Nunca Mais*, o autor Paulo Evaristo Arns (1985), na página 177, definia como era: “O conselho da Justiça é composto por quatro oficiais e por um juiz auditor, civil sendo presidido sempre por um militar de patente superior à dos outros três”. Esses juízes eram escolhidos por sorteios e os militares eram julgados apenas pelo Superior Tribunal Militar, independente da denúncia, todo o processo criminal é iniciado pela denúncia, ao juiz cabe garantir a regularidade do processo, a execução da lei e a ordem dos

processos. Até mesmo os juízes estavam sobre os olhos dos militares, e respectivamente sobre suas ordens. Os advogados dos condenados eram coagidos, ameaçados e muitas vezes, dependendo de quem estavam defendendo, eram processados e condenados. Outro fator marcante deste livro, *Brasil Nunca Mais*, refere-se aos casos de civis enquadrados como infratores da Lei de Segurança Nacional, onde bastava ser acusado de subversivo para ser processado, mesmo não tendo provas concretas dessas denúncias.

No caso do seu Elizário, ele tinha não três, mas oito integrantes da sociedade, vereadores, padres e diretores de escola dando testemunho ao seu favor e, mesmo assim, o governo fechou os olhos e ignorou o testemunho de cidadãos de bem, influentes na sociedade.

Houve também, nesta época a “Operação Limpeza”, dos militares, mostrada pela autora Maria Helena Moreira Alves, que tinha por objetivo expulsar dos setores públicos quaisquer pessoas, independente do cargo e do salário, que se opunham ao sistema imposto, uma atitude medieval do Governo do Brasil em pleno século XX. Estes governos militares, principalmente o de Castelo Branco, contaram com apoio internacional e de grandes empresas nacionais. Os expurgos serviam para eliminar a oposição ou quem fosse considerado oposição e agregar lugar para pessoas que concordavam com as novas políticas do Estado. A cassação de mandatos na burocracia do país e na eliminação dos partidos que evidenciavam as diversas opiniões tanto políticas quanto sociais da população brasileira foi, na realidade, uma estratégia político militar com o intuito de monopolizar o país inteiro e tentar eternizar o poderio militar.

Mas qual o sentido humanista de um país que oprime a opinião diferenciada e alheia, onde cala a livre expressão e pensa apenas na situação econômica do país perante a sociedade internacional? O povo e seus direitos onde ficam se é ele, o povo, o responsável pelo crescimento, é ele o pagador de impostos que recebeu salários congelados, salário este, cassado pelo regime militar para ampliar a economia do País?

O povo calou-se perante os militares, calou-se através da violência exercida por eles com seus centros de torturas, que são bem evidentes no livro *Brasil Nunca Mais* (ARNS,1985) centros que repassam ao leitor e a quem vivenciou a época de 1964 até 1984, o medo e a agonia, o fim da experiência democrática que apenas 20 anos mais tarde teve fim, com o seu autoritarismo violento e absurdo marcou a nossa história com sangue, mortes, desaparecimentos, cassações e humilhações.

Numa das questões da entrevista realizada em 12 de outubro do ano de 2013 foi feito ao Elizário uma pergunta referente aos anos após sua cassação, e o mesmo respondeu:

“[...] Comecei a trabalhar com trabalhos manuais, pedreiro, carpinteiro, pintor, por vários anos, depois fui convidado a trabalhar num Sindicato de Trabalhadores Rurais, depois saí, mas como eu tinha sido considerado comunista, sofri muito preconceito, as pessoas achavam que eu era culpado e comunista, mas eu na realidade acho que ainda hoje devem existir pessoas que acham que eu era e sou comunista, e nem sabiam o que era comunismo naquela época. Fiquei vinte anos trabalhando como carpinteiro e pedreiro, e o Estado nunca me mandou nada, nunca me ajudou com nada, tive sempre de me virar e batalhar. Com o fim do Regime Militar, mesmo assim não fui indenizado por tudo o que fizeram comigo, que atingiu não somente a mim, mas também minha esposa minhas filhas, nunca até hoje recebi nada do governo, sendo que de todos os partido que entraram no Estado dá para formar um alfabeto, e nenhum me ajudou até agora. Quando terminou o Regime Militar, todos que foram acusados passaram a ser aposentados que na realidade não me lembro direito o ano que foi, creio que foi a partir de 1979, e daí passei a receber a aposentadoria, mas meus direitos como professor não foram devolvidos à mim. Nessa região toda aqui, eu não conheço ninguém que tenha sido acusado de comunista como eu fui. Ressaltando aqui, todos os meus acusadores, morreram todos, e o ultimo morreu o ano passado, que foi o “cabeça” da acusação, os outros se foram todos, considerando ainda que este professor o A.M., quem o encaminhou para o magistério fui eu, Elizário Polli 2015[...]. (POLLI, Elizário, 12 de Outubro de 2013).

Nota-se em sua resposta, emoção e ao mesmo tempo raiva, pois as pessoas que ele mesmo ajudou, o denunciaram injustamente, fazendo com que ele vivesse os piores dias de sua vida, passando por humilhações, preconceito e privação de direitos mas mesmo assim nunca se manifestou, nunca denegriu a sua imagem nem a de ninguém, nem mesmo a do governo que o cassou, seu caráter o manteve firme e lhe deu forças para vencer todos esses obstáculos, mesmo com a lei da Anistia, que lhe aposentou mas não lhe indenizou por todos esses anos perdidos, sua indignação foi somente própria, nunca a distribuiu socialmente, até agora.

Essa espetacular experiência de vida, nos comprova a participação de civis em atos militares ocorridos num período dramático da história brasileira nos anos de 1964 até 1984. Não existe como acabar com os traumas que governos militares causaram numa grande parte da população brasileira, nem indenizando, pois o dinheiro não irá tirar a imagem de cassado de uma pessoa nem mesmo um pedido de desculpa, infelizmente nada irá fazer o tempo voltar.

Essas cicatrizes e traumas expressas física ou emocionalmente, tomam morada na memória, mesmo estando reprimidos nas profundezas do inconsciente, as vezes ressurgem com o próprio indivíduo até o fim de sua existência física. Mais traumático ainda é dividir o mesmo espaço social de seus delatores que através de uma grotesca denúncia transformam sua presença diante de outras comunidades e entidades como sinônimo de medo e desconfiança.

O que esperar de uma população que de uma hora para outra se vê sob o poder de um regime militar, repressivo e armado? Para conseguir o fim idealizado não importando os

meios. Sacrificaram uma população em troca de crescimento econômico a qualquer custo. Mas, não poderíamos ter um crescimento econômico sem que para isso houvesse a repressão? Não. Qualquer movimento em favor de trabalhadores ou ideias que fossem contra a opressão precisava ser severa e imediatamente calada, o povo não poderia pensar, pois, pensando se rebelaria.

O que acontece então? Em cidades pequenas, pequenos mundinhos onde a inveja impera, este tipo de regime é um prato cheio. A pessoa que ocupa um lugar de destaque, mesmo que seja a direção de uma pequena escola, passa a ser visada, não importa se a pessoa é idônea, de bom caráter e somente preocupada com o bem estar social de seus alunos e a criação da sua família.

Começo de carreira, esposa filha e outra filha por vir, a expectativa era boa, o salário era bom. Elizário só pensava num futuro bom, afinal as expectativas eram boas, até então. Acusado injustamente, de roubo e de atentar contra a segurança do país, viu seu mundo desabar, como tantos outros que foram vítimas do regime militar. Suas filhas foram privadas de um futuro melhor, pois o pai não conseguiu emprego em lugar nenhum, sujeitou-se a qualquer tipo de serviço braçal. Um cidadão que falava diversas línguas, com um intelecto invejável, foi privado de ensinar, acuado e com medo de represálias via seus acusadores progredirem financeiramente enquanto ele precisasse que sua mulher trabalhasse para ajudar a sustentar a família e suas filhas que ainda na adolescência foram trabalhar em casas de família.

Não há o que falar a respeito de privação de direitos apenas lutar para que nunca mais aconteça. Essa página negra, obscura e perversa da história do Brasil, precisa ser virada, definitivamente. Ela ainda permanece viva porque os direitos civis, como analisados no caso de Elizário, nunca mais foram lhe devolvidos, até hoje não recebeu nenhum tipo de indenização por ter sido privado de seus direitos constitucionais e o que é pior, nunca puniram os culpados. A anistia atenuou um ato onde ninguém foi considerado culpado, a não ser as famílias das vítimas que até hoje sofrem as consequências.

Torna-se necessário que diferentemente das grandes cidades e centros urbano, nas pequenas comunidades do interior brasileiro, a proximidade física as relações sociais necessárias para a manutenção da harmonia dentro de uma comunidade rural. Esta mesma proximidade tornou-se no caso de Elizário, um mecanismo irrefutável para provável veracidade dos fatos para moldar as denúncias contra Elizário.

Analisando o contexto de 1964, observa-se a refutação em Base Legal, por partes do militares, do *habeas corpus*, um caráter jurídico que propõem resguardar o direito civil à

liberdade, ferindo drasticamente concepção de Direito Natural e Humano, hoje amplamente defendido e positivado na Constituição Federal de 1988.

Elizário, correndo atrás de testemunhos em relação à sua conduta profissional, ética e social, apresenta uma série de relatos, organizados dentro do processo de número 359 de 1967 da Comarca de Aratiba, 1º Vara, que visava inserir ao judiciário, provas documentais a respeito de seu cotidiano.

O primeiro relato, encontrado na folha de número 6 do processo 359/1967, atestado por José Dorosz, responsável por inspeção escolar da Escola Geral de Ensino Municipal de Getúlio Vargas – RS, escrito em 11 de maio de 1953 na respectiva cidade que leva o nome da escola, afirma que o Elizário Polli “exerceu as funções de professor – Padrão 9 -, por este Município de 15 de fevereiro de 1953 até a presente data, demonstrando muito interesse pelo ensino e desenvolvimento com eficiência o programa escolar”. Este atestado inicia a série de relatos condizentes a boa conduta profissional de Elizário Polli. Então, conclui-se que por mais de três anos, segue uma ótima carta de recomendação funcional do respectivo servidor.

Na página 7 do mesmo processo, verifica-se, amparado legalmente pelos vistos do prefeito municipal de Erechim e da Diretoria do Ensino Municipal de Erechim, no dia 28 de setembro de 1959 onde afirmam que Elizário havia desempenhado “a contento de suas funções, - tendo revelado idoneidade moral – nada constando em desabono à sua pessoa”.

Estes dois relatos ocorridos anos antes do golpe militar, revelam que Elizário Polli, jamais deixou de cumprir com suas obrigações profissionais pedagógicas, dentro das duas instituições de ensino a qual lecionou por mais de 13 anos, antes de sua exoneração ser publicada no diário oficial. Percebemos através dos relatos, tamanha integridade demonstrada positivada em atestados que também o serviram como Cartas de Recomendações.

Neste processo estão reunidas provas concretas de que a conduta do Sr. Elizário, nunca fora uma conduta criminal e desrespeitosa, muito pelo contrário, nele se acham, através dos escritos, uma conduta criteriosa no que diz respeito a sua formação e ética tanto para com seus superiores, quanto para seus alunos.

Tudo o que aqui se revela nada mais demonstra do que uma assustadora passagem da política brasileira ao reger seus estatutos amparados em Atos Institucionais, onde a repressão que os militares revelam perante o povo se evidenciam em suas cassações e torturas.

Na oitava página do processo, percebemos que o Cônego Estanislau Pollon, agora já em 1965, alguns meses após sua efetiva exoneração publicada em Diário Oficial, declara que “a mais de dez anos conheço o Sr, Elizário Polli, o conheci sempre como bom cidadão e professor e nunca ouvi dele nem de outro desta localidade que fosse partidário, ou a favor do

comunismo”. Inicia-se então a sequência de relatos com o intento de interferir na decisão militar a respeito da cassação dos direitos de Elizário Polli. Este relato escrito no dia 17, de fevereiro do ano de 1967, redigido e assinado pela maior autoridade religiosa da comunidade, ou seja, de um representante que juntamente de uma pequena parte da sociedade apoiou o golpe, não fora suficiente para refutar a cassação de Elizário.

Identifica-se nesse momento uma reviravolta nos discursos militares, pois querendo ou não, a refutação deste testemunho revela que o Poder Judiciário está inteiramente submetido ao comando do Estado pelo Poder Executivo militar. A partir daí nem mais seus aliados, tem suas opiniões firmadas e apoiadas pelos grandes generais do alto comando estatal.

Elizário reúne também testemunhos favoráveis á sua conduta dentro do Poder Legislativo, da cidade onde rumou com sua família, a cidade de Barão de Cotegipe. Na página 9 e 10 do respectivo processo os vereadores da UDN, João Balciunas e Claudino Giacometti declaram em fevereiro de 1965 que conhecem o “Elizário Polli há diversos anos e jamais tiveram conhecimento de que o mesmo tenha praticado alguma vez atividades subversivas ou externado ideias ou ideologias comunistas”.

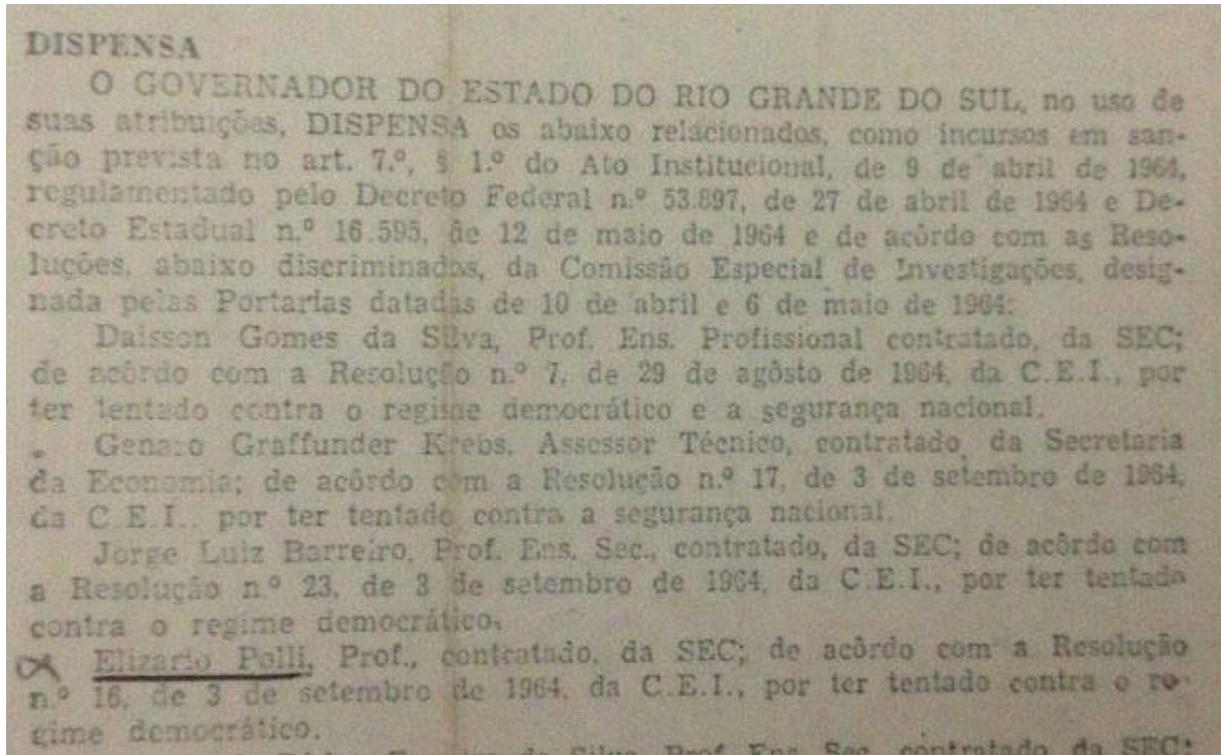
O vice-prefeito de Barão de Cotegipe, o Senhor Arcângelo Miguel Mósena também se manifesta em sua defesa, juntamente com o testemunho do presidente da câmara de vereadores da mesma localidade.

Estes documentos, infelizmente chegaram ao conhecimento jurídico apenas em 5 de outubro de 1967, onde a certidão escrita pelo escrivão Wilmar E. Colla, certifica que “nesta data apenas, recebi os presentes autos das mãos do sr. Distribuidor da Comarca de Erechim, que alega ter sido pelo Dr. Juiz de Direito, por engano a ele remetido”, desde aquele tempo o atraso judicial já acometia a tardar as decisões jurídicas.

Diante da ciência do juiz aos fatos no dia quatro de agosto de 1972, em outro processo que envolve os mesmos réus e os mesmos acusadores refere-se como improcedente e irrisória a acusação dos delatores a respeito da acusação criminal de furto dos respectivos itens: Um gancho de poço, uma escada de quatro degraus, quatro latas de formicida “Blanco” e uma máquina de matar formigas. Diziam os acusadores ter o réu apossando-se dos respectivos itens. Após oito anos dar-se o encerramento deste processo, verifica-se, que juridicamente os mesmos acusadores que incitaram a denúncia de comunista ao Elizário, praticamente, foram taxados de possuidores de uma atitude ridícula e absurda. Aos olhos dos militares, esta justificativa já não obteve êxito, pois por mais documentos reunidos a seu favor, Elizário não conseguiu refutar sua exoneração publicada no DOU: “Elizário Polli, Prof,

contratado da SEC; e de acordo com a resolução nº 16, de 3 de setembro de 1964 da C.E.I., por ter tentado contra o regime democrático.” (DOU, 1964, grifo meu)

Recorte da Dispensa de Elizário:



BRASIL, Diário Oficial da União. 1964

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, podem-se destacar as inúmeras influências que levaram nosso país a vivenciar mais de duas décadas de regime militar. Mesmo Vargas tendo reformulado nosso sistema econômico e político com outro golpe de Estado na década de 1930, Vargas possibilitou o fortalecimento de uma classe social influente: a burguesia urbana, que futuramente tornar-se-ia uma influente força dentro do golpe.

Não apenas essa nova classe, mas toda uma política externa que demonstrou maior participação após a Segunda Guerra determinou uma nova conjuntura de forças o capitalismo norte-americano e o comunismo soviético. Desta forma muito daquilo que Vargas introduziu em seu primeiro governo não foi possível dar prosseguimento, principalmente no que se refere ao nacionalismo econômico. Atrelado à uma burguesia industrial e um exército ligados ao poder norte-americano, esses foram fatores que levaram-no ao suicídio.

O governo de Juscelino Kubitschek tornou-se um período de desenvolvimento e de forte abertura da nossa economia para o setor estrangeiro com o mínimo de controle do Estado. No entanto o aumento de nossa dívida externa, nos torna ainda mais dependentes dos países estrangeiros e principalmente dos EUA.

Entre o fim do governo Juscelino Kubitschek e o início do governo Jânio Quadros, um fato que representa muito para o movimento militar no Brasil de 1964, foi a Revolução Cubana de 1959, liderados por Fidel Castro e Che Guevara, país próximo aos EUA, que até a revolução vivia sobre total influência norte-americana.

Após a revolução, Cuba passou adotar uma política comunista ligada à União Soviética, o que representava um perigo aos EUA e às suas pretensões no tocante ao Continente Americano, que deveria ser de seus domínios e receber suas influências.

No Brasil o presidente Jânio Quadros, que foi eleito pela burguesia vinculada à UDN, não representava esses interesses, principalmente quando se analisa a política externa praticada por Jânio Quadros. Ao reatar relações políticas com países comunistas e também ao condecorar Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana, Jânio Quadros demonstrava seguir uma política externa independente dos EUA. Tais medidas, aliadas à pouca sustentação política levou-o a renunciar. Assumiu a presidência o vice João Goulart, que enfrentou dificuldades no campo político e social.

O presidente João Goulart representava mais do que ninguém os ideais de Getúlio Vargas. Era considerado por muitos opositores, um político de esquerda e comunista, e encontrou um país dividido depois de sua posse. Goulart representava uma esperança para os movimentos sociais e esquerdistas, mas gerava pânico entre liberais e militares, que temiam uma possível guinada da política nacional ao comunismo, influenciados pela Revolução Cubana e pelas seguidas declarações vindas de Cuba apoiando todos os países a se impor diante do imperialismo norte-americano.

Após um tempo de indecisões e pressões, Jango aderiu aos ideais dos movimentos sociais ligados às esquerdas, fato esse que despertou principalmente nas forças armadas, uma atitude que já estava sendo planejada há uma década. Essa adesão obrigou não apenas os militares, mas também parte dos setores ligados à burguesia nacional a se oporem a Jango, decretando o fim de seu governo e início do regime militar no Brasil.

Considerado um golpe civil-militar, esse movimento agregou forças do exército e da sociedade com um objetivo comum: a derrubada do governo Jango. Além disso, o movimento teve influências de diversas pessoas e órgãos como IPES e o IBAD no meio civil. Pelo lado militar seguiu a Doutrina da Segurança Nacional pelas forças armadas e a influência da ESG.

No entanto todos esses órgãos foram orientados pelo General Golbery do Couto e Silva. Intelectual orgânico da ESG, Couto e Silva é considerado por muitos o mentor do golpe, tendo agido em colaboração com os EUA.

O Golpe Militar de 1964 emergiu como uma abrupta força, interrompendo o fluxo histórico, revertendo seu sentido natural, com efeitos indeléveis sobre a soberania, a economia nacional e também sobre a política, e também a cidadania a sociedade e a cultura brasileira. (SILVA, 1998.)

O governo Castelo Branco, com a promulgação dos atos institucionais trouxe para muitos brasileiros, perda total de direitos e liberdade de expressão, acusações e cassações, sobre pretexto de defender o país de ataques estrangeiros e de inimigos externos e internos, que representavam ameaça à democracia e a ordem, prometendo acabar com cleptocratas e ainda em extinguir o comunismo, primeiramente usando da repressão e posteriormente da técnica da tortura. (MEZZARROBA, 1995, P.62)

Não dando um basta na história política, social e econômica que geriu o golpe, evidenciamos também, através de gravações e de processos criminais do professor acusado de comunismo, como a Doutrina de Segurança Nacional, alcançou as mais diversas regiões de nosso país, não deixando de lado qualquer lugar, incluindo até mesmo, as regiões menos populosas e de pequena área geográfica. A Doutrina de Segurança Nacional agiu de uma forma que as fronteiras internas do Brasil, não se justificavam como obstáculos para seus objetivos.

Elizário diz que entrou com um processo contra os acusadores, e com um sorriso no rosto diz que os mesmos começaram a vender seus bens com medo de perdê-los por ordem da justiça. Fechando o semblante o professor diz que nada aconteceu, e que o que se falava na comunidade era de que seu advogado havia se vendido.

O professor afirma que mesmo passando por situações difíceis nunca deixou de dar o melhor estudo da cidade para suas duas filhas. Relata que passaram-se governos e de nenhum deles recebeu algum tipo de indenização. Apenas com a aposentadoria que todos os acusados receberam com o fim da ditadura militar brasileira.

Podemos perceber o quanto a ditadura marcou a vida deste homem, demonstrando como ela foi visível também em uma pequena e pacata cidade do interior e não apenas nos centros. Percebemos a coragem de um homem que teve que recomeçar sua vida com pesadas pedras em seu caminho. Hoje Elizário vive com sua família em Barão de Cotegipe. É há anos figura marcante na sociedade, sendo ministro da Igreja Católica de sua cidade. Os acusadores

de Elizário nada responderam perante a justiça e hoje encontram-se mortos sem que suas famílias tenham sofrido nenhum tipo de consequência.

As cassações políticas, a censura, as prisões, juntamente com a fomentação do milagre econômico e a estruturação de um Estado policial, sem dúvida marcaram de chumbo a história brasileira. A censura contra políticos, intelectuais, comunicadores, imprensa, artistas e educadores, embora às vezes velada, era efetiva. Percebemos que tudo o que era ligado ao público, era devidamente verificado, cortado, cesurado e analisado e até mesmo proibido, e que até mesmo em regiões aparentemente distantes e esquecidas dos centros urbanos, o controle homogeneizador do aparato militar mostrava-se evidente na concretização de seus objetivos.

Percebe-se através do caso de Elizário que a Ditadura Militar causou um grande impacto sobre a geração que sobreviveu à Ditadura, geração essa que só conhecia o lado oficial da política. Esse impacto no cotidiano de Elizário, como em muitos outros que sofreram com o regime, resultou num distanciamento entre indivíduo e pátria, fazendo esquecer o caráter revolucionário e romântico do espírito nacional.

Através desta breve pesquisa, de caráter introdutória, elencando o caso de Elizário Polli e incitando partes da historiografia do regime militar brasileiro, destacamos que os reflexos deste período, refletem fortemente na atualidade, fazendo do Brasil um produto da ditadura militar. Elizário deixa clara sua indignação, a não solução de seu caso e em forma de recado diz ficar entristecido quando ouve alguém pedindo a volta da ditadura, pois esta nova geração não sabe o que é viver em um regime em que falta a liberdade e a democracia.

## REFERENCIAS

**ALVES**, Maria Helena Moreira. **O Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

**ARENDT**, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 11ª edição. 2010.

**ARNS**, Paulo Evaristo: **Brasil nunca mais**. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

**ASPAHAN**, Sérgio; **GODINHO**, Márcio. **Mochileiros nos anos de chumbo**. Minas Gerais: Duploofício, 2013.

**ASSUNÇÃO**, Vânia Noeli de Ferreira. **O Satânico Doutor Go: A Ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva** / Vânia Noeli de Ferreira Assunção–São Paulo 1999.

**BANDEIRA**, Moniz. **O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)** / Moniz Bandeira–Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1978.

**BRASIL**, Diário Oficial da União. 1964.

**CHIAVENATO**, Júlio José. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar** / Júlio José Chiavenato. São Paulo: Editora Moderna, 1994.

**DREIFUSS**, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe** / René Armand Dreifuss.–3º edição.–Rio de Janeiro: Editora Vozes LTDA, 1981.

**FAUSTO**, Boris: **A História concisa do Brasil** – 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

**FERREIRA**, Jorge e **DELGADO**, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da Experiência democrática: democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964** / organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. – (O Brasil Republicano; v.3)

**FERREIRA**, Jorge; **REIS**, Daniel Aarão. **Revolução e Democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

**FICO**, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira** / Carlos Fico–Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira, 2008.

**FICO**, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rev. Bras. Hist. [online]. 2004, vol.24, n.47, pp. 29-60. ISSN 1806-9347.

**GARDIA**, Nanci. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. Tempo Social; rev. Sociol. USP, S. Paulo, maio de 1997.

**GORENDER, J.** *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1988.

**MARKUN, Paulo.** **1961: que as armas não falem** / Paulo Markun, Duda Hamilton. – 2ª edição – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

**MEZZAROBBA, Orides.** **O Partido Político No Brasil**: teoria, história, legislação. Joaçaba: UNOESC, 1995

**MOTTA, Rodrigo P. Sá.** **As universidades e o regime militar**. Cultura político brasileiras e modernização autoritária. Editora Zahar, 2014

**PRADO, Luiz Fernando Silva.** **História Contemporânea da América Latina:1930-1960** / Luiz Fernando Silva Prado.–2.ed.–Porto Alegre:Editora da UFRGS,2004.**SADER, Emir.** **A Revolução Cubana** / Emir Sader – São Paulo: Editora Moderna, 1985.

**POLLI, Elizário.** Depoimento (Abril de 2013). Entrevistador: Ederson Slavieiro. Barão de Cotegipe- RS: UFFS, 2013. Arquivo wav.

**SILVA, Hélio.** **História da República Brasileira**: Nasce a República. Rio de Janeiro: Edições Istoé, 1998.

**SKDIMORE, Thomas E.** **Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930/1964** / Thomas E. Skidmore; apresentação de Francisco de Assis; tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. – 7ªed. – Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

**YOOUNG, Jordan M.** **Brasil 1954/1964: Fim de um Ciclo Civil** / Jordan M. Young – Rio de Janeiro:Editora. Nova Fronteira S.A,1973.